

ANEXO XVI

**MINUTA DO CONTRATO DE PENHOR**

entre

o **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE  
DEFESA SOCIAL E DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

e

[●]

Datado \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2008

## **CONTRATO DE PENHOR**

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes:

(a) o **ESTADO DE MINAS GERAIS**, por meio da **SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL** e da **SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA**, doravante designado **PODER CONCEDENTE** e

(b) [●], doravante designada **CONCESSIONÁRIA**,

### **CONSIDERANDO QUE:**

1. após ter sido declarada vencedora do processo licitatório nº20/2008, a **CONCESSIONÁRIA** celebrou com o **PODER CONCEDENTE**, o **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** Nº [●], datado de [●] de [●] de 2008, (Anexo I do presente instrumento), cujo objeto é a construção e operação do **COMPLEXO PENAL**; e
2. nos termos da cláusula 28 do referido **CONTRATO DE CONCESSÃO**, o **PODER CONCEDENTE** constitui em favor da **CONCESSIONÁRIA** garantias pignoratícias (**GARANTIAS**), com a finalidade de assegurar o pagamento de obrigações do **PODER CONCEDENTE** assumidas conforme **CONTRATO DE CONCESSÃO**;

têm entre si, justo e contratado, o presente CONTRATO DE PENHOR, a reger-se pelas disposições do Código Civil, em seus art. 1.431 e seguintes, e pelo disposto na cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO, nos seguintes termos:

1. Definições: Salvo expressa disposição em sentido contrário contida neste instrumento, termos grafados em letras maiúsculas neste instrumento, e não definidos de outra forma, terão os mesmos significados a eles atribuídos na cláusula 1.1 do CONTRATO DE CONCESSÃO. Os termos definidos no singular têm o mesmo significado quando utilizados no plural e vice-versa. Os termos que designem gênero masculino também designam o gênero feminino e vice-versa.

#### **Cláusula 1ª – Penhor, Outorga de Garantia Real**

Visando a garantir o pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL devida à CONCESSIONÁRIA, nos termos das cláusulas 14 e 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, neste ato, dá em penhor à CONCESSIONÁRIA os direitos abaixo descritos (DIREITOS EMPENHADOS), livres e desembaraçados de qualquer ônus:

a) direitos creditórios no valor de R\$ [●] ([●]), oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF nº 138.218/07, firmado entre o Banco de desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento (FINDES), regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos; b) direitos creditórios no valor de R\$ [●] ([●]), oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 138.217/07, firmado entre o BDMG, na qualidade de mandatário do Estado

de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do FINDES, regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;

c) direitos creditórios no valor de R\$ [●] ([●]), oriundos do Contrato de Abertura de Crédito BDMG/BF Nº 134.593/06, firmado entre o BDMG, na qualidade de mandatário do Estado de Minas Gerais, e Fiat Automóveis S.A., no âmbito do FINDES, regido pela Lei nº 15.981, de 16 de janeiro de 2006 e respectivos regulamentos;

d) 5.550 (cinco mil quinhentos e cinquenta) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da Telemig Celular S.A. (primeira emissão privada de debêntures), no valor de R\$ 55.500.000,00 (cinquenta e cinco milhões e quinhentos mil reais) na data da emissão;

e) 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da BCP S.A. (segunda emissão privada de debêntures), no valor de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) na data da emissão;

f) 5.400 (cinco mil e quatrocentas) debêntures simples, da espécie quirografária, não conversíveis em ações, sem a emissão de cautelas e certificados, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), subscritas e integralizadas pelo Estado de Minas Gerais, de emissão da Telemar Norte Lesta S.A., no valor de R\$ 54.000.000,00 (cinquenta e quatro milhões de reais) na data da emissão; e

g) títulos da dívida pública federal no valor de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

**Parágrafo primeiro.** Os atos constitutivos dos direitos descritos nessa cláusula são os integrantes do Anexo II deste contrato.

**Parágrafo segundo.** O penhor de que trata o presente instrumento observará os limites estabelecidos pelo item 28.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO, não sendo o PODER CONCEDENTE obrigado a constituir garantia em montantes superiores aos descritos no referido item.

## **Cláusula 2ª – Registro do Penhor**

No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura deste contrato, o PODER CONCEDENTE o levará a registro junto ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente, nos termos do disposto na cláusula 28.4.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO, devendo, no mesmo prazo, fornecer comprovação desse registro à CONCESSIONÁRIA. Todas as despesas incorridas com relação a referido registro deverão correr por conta do PODER CONCEDENTE.

**Parágrafo primeiro -** A garantia real criada por meio deste contrato constituirá, após o registro, um direito real de garantia, legítimo, válido e perfeito sobre os DIREITOS EMPENHADOS, assegurando o pagamento das obrigações garantidas, sendo exequível em conformidade com seus termos e condições contra o PODER CONCEDENTE.

**Parágrafo segundo –** O PODER CONCEDENTE detém a propriedade e a titularidade dos DIREITOS EMPENHADOS, sobre os quais foi constituída a GARANTIA em favor da CONCESSIONÁRIA, livres de qualquer outro ônus, e possui os poderes e autoridade necessários para celebrar o presente contrato e para empenhar os DIREITOS EMPENHADOS.

**Cláusula 3ª – Obrigações do Poder Concedente**

O PODER CONCEDENTE, por meio deste instrumento, obriga-se perante a CONCESSIONÁRIA a:

I - substituir ou complementar os bens gravados nas hipóteses descritas nos itens 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11 e 28.12.9 do CONTRATO DE CONCESSÃO;

II - não alienar, ceder, transferir, permutar ou gravar com ônus de qualquer natureza os bens dados em GARANTIA até que possam ser liberados, na forma prevista no CONTRATO DE CONCESSÃO;

III - praticar todos os atos necessários à manutenção dos bens dados em garantia;

IV – comunicar à CONCESSIONÁRIA, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a higidez da garantia prestada.

**Parágrafo primeiro.** Em havendo substituição ou complementação dos bens descritos na Cláusula 1ª do presente instrumento, nas hipóteses admitidas e em consonância com o disposto na cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO, serão celebrados aditamentos ao presente contrato, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da apresentação do bem pelo PODER CONCEDENTE, observadas as formalidades descritas neste instrumento, em especial em sua Cláusula 2ª.

**Parágrafo segundo.** A substituição ou complementação de bens nas hipóteses descritas 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11 e 28.12.9 do CONTRATO DE CONCESSÃO observarão o disposto no item 28.13 do mesmo instrumento.

**Cláusula 4ª – Da administração da garantia**

Nos termos da cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a contratar AGENTE GARANTIDOR que será responsável pela guarda, administração e liquidação do patrimônio dado em GARANTIA, sem prejuízo das demais obrigações descritas no CONTRATO DE CONCESSÃO.

**Cláusula 5ª – Execução da GARANTIA**

Na ocorrência de um EVENTO DE INADIMPLEMENTO por parte do PODER CONCEDENTE, a CONCESSIONÁRIA, por meio do AGENTE GARANTIDOR, fica autorizada e habilitada a liquidar os DIREITOS EMPENHADOS, na forma disposta nesta cláusula e na cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**Parágrafo primeiro.** Caracterizam EVENTOS DE INADIMPLEMENTO as hipóteses autorizadoras da execução da GARANTIA, descritas nas cláusulas 28 e 41.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**Parágrafo segundo.** A CONCESSIONÁRIA comunicará o AGENTE GARANTIDOR a ocorrência de EVENTO DE INADIMPLEMENTO por parte do PODER CONCEDENTE como condição para a execução da GARANTIA.

**Parágrafo terceiro.** A comunicação referida no parágrafo anterior será instruída com cópia dos documentos indicados nos itens 14.11 e 14.12 do CONTRATO DE CONCESSÃO, notadamente:

I - a fatura pela prestação dos serviços;

II - os relatórios da auditoria realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE;

III - o comprovante de que realizou o protocolo dos documentos descritos nas alíneas anteriores perante o PODER CONCEDENTE.

**Parágrafo quarto.** Recebida a comunicação prevista no parágrafo segundo, o AGENTE GARANTIDOR comunicará o PODER CONCEDENTE a respeito do pleito da CONCESSIONÁRIA, facultando-lhe a purgação da mora no prazo máximo de 10 dias.

**Parágrafo quinto.** O PODER CONCEDENTE deverá comunicar o AGENTE GARANTIDOR o pagamento eventualmente realizado nos termos do parágrafo antecedente.

**Parágrafo sexto.** Na hipótese de não pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL no prazo assinalado no parágrafo quarto, o AGENTE GARANTIDOR poderá, objetivando proporcionar a quitação da inadimplência:

I - promover a liquidação ou o resgate dos títulos da dívida pública federal e das debêntures dadas em garantia;

II - repassar à CONCESSIONÁRIA os recursos oriundos da quitação dos direitos creditórios referentes aos financiamentos concedidos por fundos estaduais.

**Parágrafo sétimo.** Fica vedada a alienação a terceiros, pela CONCESSIONÁRIA, dos direitos creditórios decorrentes de financiamentos concedidos por fundos estaduais.

**Parágrafo oitavo.** O PODER CONCEDENTE, caso discorde do pagamento realizado pelo AGENTE GARANTIDOR em favor da CONCESSIONÁRIA, submeterá a questão aos mecanismos de solução de conflitos de que trata o Capítulo XIV do CONTRATO DE CONCESSÃO.



**Parágrafo nono.** Na hipótese do item antecedente, havendo decisão favorável ao PODER CONCEDENTE, os valores pagos indevidamente à CONCESSIONÁRIA serão integralmente descontados nos montantes de CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL devidos nos meses seguintes.

**Parágrafo décimo.** Os valores a serem descontados nos termos do item anterior serão atualizados pela aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE, a contar da data em que o pagamento indevido à CONCESSIONÁRIA foi realizado.

**Parágrafo décimo-primeiro.** Na hipótese de execução da GARANTIA, o PODER CONCEDENTE procederá à sua reposição, caso necessário à manutenção dos limites previstos no item 28.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**Parágrafo décimo-segundo.** O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, por este ato, em caráter irrevogável e irretratável, e como meio de cumprir as obrigações aqui estipuladas, atribuirão ao AGENTE GARANTIDOR poderes para o desempenho das funções previstas na cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO e neste instrumento.

#### **Cláusula 6ª – Aplicação dos Recursos**

Os bens e valores recebidos pelo AGENTE GARANTIDOR deverão ser destinados ao pagamento das obrigações garantidas, nos termos do disposto na cláusula 28 do CONTRATO DE CONCESSÃO, quando da ocorrência de EVENTO DE INADIMPLEMENTO.

#### **Cláusula 7ª – Obrigações Garantidas**

Somente serão garantidas por este instrumento as obrigações que expressamente façam referência à essa possibilidade nos termos das cláusulas 28 e 41.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO.

**Cláusula 8ª – Da liberação de recursos e da garantia**

Desde que mantidos os montantes de garantia previstos no item 28.3 do Contrato de Concessão, o Agente Garantidor liberará em favor do Poder Concedente, mediante crédito na conta única do Tesouro do Estado de Minas Gerais, os pagamentos dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, os resgates das debêntures e os rendimentos e resgates dos títulos da dívida pública federal.

**Parágrafo primeiro.** Se necessário à manutenção dos montantes de garantia de que trata o item 28.3, a liberação de recursos de que trata esta cláusula será antecedida da apresentação de novos bens a serem submetidos a penhor, a ser realizada no prazo de 30 (trinta) úteis dias contados dos pagamentos dos direitos creditórios referentes a fundos estaduais, dos resgates das debêntures e dos rendimentos e resgates dos títulos da dívida pública federal.

**Parágrafo segundo.** A liberação de recursos de que trata esta cláusula ocorrerá no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados do cumprimento das obrigações previstas nos itens 28.7.4, 28.8.1, 28.10.1, 28.11 e 28.12.9 do Contrato de Concessão ou da constatação de que os recursos disponíveis excederam os montantes de garantia descritos no item 28.3 do Contrato de Concessão.

**Parágrafo quarto.** Ficará o Agente Garantidor autorizado, de forma irrevogável e irretratável, a reter, na conta vinculada, os valores decorrentes dos bens gravados, enquanto

não apresentados os novos bens substitutivos ou se houver qualquer causa autorizadora da execução da garantia, observados os limites previstos no item 28.3.

**Parágrafo quinto.** O cumprimento da obrigação de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PECUNIÁRIA MENSAL pelo PODER CONCEDENTE e a redução gradual dos montantes destinados a garantirem esse pagamento, conforme previsto no item 28.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO, acarretarão a desconstituição proporcional e automática dos gravames de que trata este instrumento e a liberação dos respectivos bens ou recursos em favor do PODER CONCEDENTE.

#### **Cláusula 9ª – Renúncias e Aditamentos**

Qualquer alteração de disposições do presente contrato (inclusive renúncias ou consentimentos) só terá validade se feito por escrito e assinado por todas as partes do presente contrato devendo, ainda, ser devidamente registrado nos termos da Cláusula 2ª.

#### **Cláusula 10ª – Independência entre as Disposições**

Se qualquer disposição do presente contrato for considerada nula, ilegal ou inexecutável nos termos da lei, a disposição em questão será ineficaz tão-somente na medida de sua nulidade, ilegalidade ou inexecutabilidade e não afetará quaisquer outras disposições aqui contidas.

#### **Cláusula 11ª – Solução de Conflitos**

Aplica-se ao presente instrumento os mecanismos de solução de conflitos previstos no Capítulo XIV do CONTRATO DE CONCESSÃO, para solução de qualquer disputa decorrente deste contrato.

Estando as partes assim ajustadas, assinam o presente Contrato em 3 vias de igual conteúdo e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, fazendo parte deste instrumento cópias do CONTRATO DE CONCESSÃO e os atos de constituição dos direitos creditórios, das debêntures e dos títulos da dívida pública dados em penhor.

Belo Horizonte, [●].

**PARTES:**

---

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

---

**SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL – SEDS**

---

**CONCESSIONÁRIA**

**INTERVENIENTE-ANUENTE:**

---

[•]

**TESTEMUNHAS:**

---

Nome:

CPF/MF:

RG:

---

Nome:

CPF/MF:

RG:

---